

Conselho faz *lobby* para manter política nuclear

O Conselho de Defesa do Estado — extinto Conselho de Segurança Nacional — está pressionando a Comissão Mista de Orçamento para garantir a verba destinada às pesquisas nucleares na proposta orçamentária da União para o ano que vem. O *lobby* discreto, que já aparenta sucesso, tenta convencer os membros da comissão que os programas de pesquisa nuclear, na agricultura, saúde e indústria em geral e de tecnologia de ponta não terão continuidade se houver cortes na verba de Cz\$ 25 bilhões — valores de junho — destinada a projetos e pesquisas de interesse da Segurança Nacional.

A vitória do *lobby* nuclear junto à Comissão Mista de Orçamento ficou evidente na semana passada depois da visita feita ao projeto Aramar (Iperó-SP) pelo presidente da Comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), pelo relator, senador Almir Gabriel (PMDB-PA); e alguns relatores de anexos. Eles foram a convite do Conselho de Defesa visitar a área onde a Marinha desenvolve pesquisa avançada no setor. Cid Carvalho voltou convencido de que seria impossível promover cortes nesta parte do Orçamento. “Não podemos tirar verbas do setor. O programa é muito importante e de interesse nacional”.

Carvalho disse também que o fato das pesquisas militares serem paralelas às da Nuclebrás é “irrelevante”, alegando a importância do projeto Aramar.

De fato, a Comissão de Orçamento não está se preocupando se existe na pesquisa nuclear uma duplicação de funções, enquanto que para programas de habitação, alimentação e transportes há uma tendência de acabar com os programas semelhantes que, normalmente, são desenvolvidos pelos ministérios. Até o momento, a comissão demonstra interesse em provar, junto à opinião pública, a necessidade dos projetos militares, atra-

vés de um debate público que será realizado quinta-feira no anexo II da Câmara.

A exposição de projetos da área militar representa um fato inédito na história das Comissões do Legislativo. O deputado Cid Carvalho, no entanto, já antecipou que só será colocado em discussão o que é possível, pois “segredo industrial não se divulga”.

Em discussão, a nova sistemática da política nuclear brasileira e o projeto do primeiro reator brasileiro. Além disso, segundo Carvalho, será mostrado que a energia nuclear pode beneficiar “e muito” os setores agrícola, de saúde, industrial e de tecnologia de ponta.